



MPV 783
00295

CÂMARA DOS DEPUTADOS
EMENDA Nº - CM
(Medida Provisória nº 783, de 2017).

Institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

EMENDA MODIFICATIVA Nº ____

Dê-se nova redação ao art. 12 da Medida Provisória nº 783/2017, na forma que se segue:

“Art. 12 É vedado o pagamento ou o parcelamento de que trata esta Medida Provisória das dívidas decorrentes de lançamento de ofício em que foram caracterizadas, após decisão judicial definitiva, as hipóteses definidas nos art. 71, art. 72 e art. 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O art. 12 da Medida Provisória 783 de 2017 determina que é vedado o pagamento ou o parcelamento de que trata esta Medida Provisória das dívidas decorrentes de lançamento de ofício em que foram caracterizadas, após decisão **administrativa** definitiva, as hipóteses definidas nos art. 71, art. 72 e art. 73 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964.

Entretanto cumpre-se ressaltar que isto significa dizer que processos nos quais o CARF manteve, em definitivo, autuações fiscais com multa qualificada de 150% não poderão ser objetos do programa. Portanto, débitos em processos que foram decididos definitivamente na via administrativa e já foram ou serão judicializados, decorrente de planejamento tributário lícito, muitas vezes elaborados com fundamento em legislação e jurisprudência vigente à época, não poderão ser incluídos.

É de se destacar que a maioria dos processos de planejamento tributário, com multa qualificada no percentual de 150%, têm sido decididos desfavoravelmente aos contribuintes na CSRF do CARF



CD/17301.57983-97



CÂMARA DOS DEPUTADOS

pelo voto de qualidade (empate a favor do Fisco), uma vez que o entendimento de recentes decisões judiciais em primeira instância têm sido firmado no sentido de que, observando-se o art. 112 do Código Tributário Nacional (CTN), a lei tributária que define infrações deve ser interpretada da maneira mais favorável ao acusado, nos casos de dúvida quanto às circunstâncias materiais do fato, entre outros (Processo 0013044-60.2015.4.03.6105 – 8ª Vara da Justiça Federal de São Paulo).

Sala das Sessões, 06 de junho de 2017.

Assinatura manuscrita em tinta roxa, legível como "Alfredo Kaefer".

ALFREDO KAEFER

Deputado Federal



CD/17301.57983-97